

TERCEIRIZAÇÃO É PRECARIZAÇÃO

APESJF mobiliza contra o PL 4330

PÁGINAS 4 e 5



No dia 6 de agosto, ato unificado marcou a luta na cidade

CARREIRA DE EBTT

STJ confirma justiça da luta docente pelas progressões no IF Sudeste MG

Aproveitando a recente decisão do STF, que reconhece o direito à progressão dos docentes da carreira de EBTT, professores do IF Sudeste MG comentam a respeito das dificuldades encontradas na carreira, considerando-a como pouco atrativa, ao mesmo

tempo em que identificam um certo esvaziamento, com profissionais procurando outras oportunidades.

Já os docentes do João XXIII encaram a nova legislação com preocupação sobre os critérios a serem utilizados na progressão.

De uma maneira geral a crítica também se faz com relação à divisão promovida pelo governo entre as duas carreiras de professores do ensino federal, ainda que desempenhem as mesmas funções dentro das instituições.

PÁGINA 6

PÁGINA 8 Leia o artigo "As jornadas de junho e a democracia no Brasil", produzido por Fernando Lamas e Marcelo Romero, professores do CA João XXIII

MEMÓRIA, JUSTIÇA E VERDADE

Gabriel Pimenta! Presente!



Entre 1980 e 1982, Gabriel Pimenta, advogado formado pela UFJF, lutou ao lado dos camponeses no sul do Pará. Foi assassinado com três tiros pelas costas em 1982. Ninguém foi punido. A OEA julga o Estado brasileiro.

PÁGINA 5

CULTURA

Fernando Fiorese prepara novo livro

Enquanto o novo romance não fica pronto, professor utiliza a internet como meio de divulgação de seus microcontos

PÁGINA 7

Editorial

O Travessia desse mês se apresenta aos seus leitores com uma série de modificações, decorrentes do compromisso e do esforço da diretoria, gestão 2012-2014, em melhorar a comunicação com os docentes, visando consolidar e ampliar a representatividade da APESJF-SSind., assim como, também, a participação docente nos debates e nas lutas de seu sindicato. O projeto que deu origem a essas modificações resultou da participação de nossos jornalistas no curso de comunicação sindical promovido pela APESJF-SSind., juntamente com outras entidades sindicais do município, realizado recentemente, e giram em torno dos seguintes eixos: 1) Organizar a informação e facilitar a recepção da mensagem, com a primeira página mais informativa e atrativa para a leitura. Foram utilizados novos recursos de diagramação, tornando as manchetes e intertítulos melhor estruturados; 2) Ampliou-se a presença dos professores nas reportagens pela diversificação das fontes de informação, compondo a editoria “Pela

base”; 3) Realizou-se uma melhor organização do espaço do Sindicato Nacional no jornal com a criação da editoria “Sindicato”, espaço também destinado à manifestação da diretoria, por meio do Editorial, e à opinião identificada com as bandeiras da categoria por meio da charge; 4) No espaço destinado à articulação de nossas lutas, no conjunto da classe trabalhadora e com a CSP Conlutas, foi criada a editoria “Lutas Gerais”, permanecendo a coluna “Não deu na imprensa”.

Também foi mantido o espaço destinado aos artigos produzidos pelos docentes, além da editoria de Cultura que, quando possível, será alternada com a editoria Cidade. Por fim, foi dado especial destaque à divulgação do site, o qual será apresentado no cabeçalho de cada página. Esperamos que estas mudanças tenham o efeito desejado, aproximando ainda mais nosso sindicato dos docentes da UFJF e IF Sudeste MG e servindo como uma importante ferramenta de nossa luta.

A diretoria

Expediente

O Travessia é uma publicação mensal da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - Seção Sindical do ANDES-SN (APESJF-SSind)

Redação e diagramação: Daniel Goulart e Anelise Medina / Estagiário: Bruno Stephan / Jornalista responsável: Daniel Goulart - Reg. 6083 DRT MG / Tiragem: 1600 exemplares / Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900 / Tel-Fax: (32) 3215-1286 / Site: apesjf.org.br / Email: faleconosco@apesjf.org.br

Presidente: Paulo César de Souza Ignácio (IF Sudeste MG/JF) / Vice-presidente: Agostinho Beghelli (João XIII) / Secretária Geral: Clarice Cassab (ICH) / 1ª Secretária: Zuleyze Maria Lessa Pacheco (Enfermagem) / 2ª Secretária: Amanda Pinheiro (IF Sudeste MG/JF) / 1º Tesoureiro: Joacir Teixeira de Melo (ICH) / 2ª Tesoureira: Maria Aparecida de Araújo (Aposentada)

Não deu na imprensa

MST obtém vitória em Goianá

O Movimento Sem Terra acaba de obter uma importante vitória com imissão de posse, ou seja, com a aquisição pelo INCRA da Fazenda Fortaleza Santana.

No dia 16 de agosto, a ação foi averbada no cartório do município de Rio Novo. O próximo passo é o cadastramento das 150 famílias que deverão ser beneficiadas e o desenvolvimento de um plano de assentamento.

A ocupação da fazenda pelos integrantes do MST se deu em 25 de março de 2010, evidenciando uma grande extensão de terra improdutivo.

Em janeiro de 2011, as famílias tiveram que deixar a fazenda sob força de uma ação de reintegração de posse, se alojando ao longo da rodovia, em condições precárias e sem acesso às mínimas condições de sobrevivência.

“**A liminar** é uma vitória não só do MST, mas de todas as entidades do

movimento popular que apoiaram a luta dos trabalhadores”, afirma Adília Sozzi, militante e advogada da Assessoria Jurídica Popular, que deu apoio ao movimento.

O MST pretende criar dentro deste, que vai se tornar o maior assentamento de Minas Gerais, uma escola de formação política popular. “E ainda pretende produzir alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, para escolas e para o restaurante popular de Juiz de Fora, completa Sozzi.

ANDES-SN

Sindicato de luta

Com o tema “Sindicato de luta, ampliando a organização da categoria e a unidade classista dos trabalhadores”, o 58º Conselho Nacional do ANDES (Conad) reuniu 49 delegados e 77 observadores de 53 seções sindicais na cidade de Santa Maria (RS).

Pela base

O encontro indicou a necessidade de continuar construindo o ANDES-SN como um sindicato de base fortalecendo o diálogo e o projeto dos trabalhadores.

Infraestrutura

Os docentes deliberaram por dar continuidade à luta pela ampliação do quadro de professores efetivos das instituições federais de ensino; por infraestrutura de funcionamento adequada; pela democracia efetiva e respeito à autonomia da universidade; contra a precarização do trabalho docente; pelo projeto de carreira única do ANDES-SN.

Comissão da Verdade

Também no 58º Conad, foi definida a composição da Comissão da Verdade do ANDES-SN. Os professores Márcio de Oliveira, secretário-geral do ANDES-SN, Helvio Mariano (Adunicentro) e Edson Teixeira (Aduff) foram escolhidos como membros efetivos. Os delegados deliberaram que a comissão se reúna já em setembro para definir o plano de trabalho, funcionamento e atividades a serem desenvolvidas. As seções sindicais serão convocadas a participar do encontro.

Prizatização

O CONAD reforçou a necessidade de luta contra a privatização, de modo específico nas áreas de ciência e tecnologia; a luta pela democracia nos meios de comunicação com apoio à Proposta de Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica.

Avaliação

Em avaliação do momento político, o 58º Conad constatou o acerto de análises anteriores sobre o crescimento do pensamento conservador no país, do individualismo e da onda neoliberal que atinge o Governo Federal, ao mesmo tempo em que a sociedade brasileira sai às ruas para cobrar direitos fundamentais.

PNE e EBSERH

Os docentes indicaram no encontro o combate à ampliação dos interesses mercantilistas na educação com a denúncia do PNE, como proposta do governo contrária aos interesses da sociedade. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH foi denunciada como um ataque à autonomia universitária. Os docentes reforçaram também a defesa da integralidade e a paridade entre aposentados e ativos.

Contas do Sindicato Nacional

O Conselho aprovou a prestação de contas de 2012 do Sindicato Nacional e a previsão de gastos para 2014, evidenciando o esforço contínuo de sustentação das lutas dos docentes, articulado com o conjunto dos trabalhadores brasileiros.

CNESF

Com relação ao setor das IFES, o Conselho deliberou pela continuidade das lutas articuladas conjuntamente com os demais SPF; fortalecer a CNESF como espaço de articulação estratégica dos SPF e intensificar as lutas pela anulação da reforma da previdência e o enfrentamento ao FUNPRESP.



Projeto de lei de iniciativa popular Pelo fim do oligopólio midiático

APESJF está na luta pelo projeto da mídia democrática

Seção Sindical está recolhendo assinaturas para projeto de iniciativa popular que pretende democratizar a mídia

Por Daniel Goulart

Segundo determinação do 58º Conad, a APESJF está na luta pela coleta de assinaturas em apoio ao Projeto da Mídia Democrática, uma proposição da sociedade civil para uma completa mudança nos paradigmas da comunicação de massa no país.

“O objetivo principal é acabar com os monopólios e ampliar o direito de todos à comunicação”, explica o professor Luiz Arantes (ICH/UFJF), entusiasta e apoiador da ideia.

Os docentes que

quiserem assinar precisam apenas comparecer à sede do sindicato, tendo em mãos o título de eleitor.

O projeto, que já recebeu o apoio das principais centrais sindicais no país, determina o fim da

“**O objetivo principal é acabar com os monopólios e ampliar o direito de todos à comunicação**”

propriedade cruzada dos meios de comunicação e dá incentivo à produção local por meio de regulamentação que obrigue a veiculação dessa programação.

O conteúdo da

proposta pode ser acessado em http://www.paraexpressa.raliberdade.org.br/arquiv/osnocms/plip_versao_final.pdf.

Para que o projeto possa tramitar no Congresso Nacional, existe a necessidade de recolher 700 mil assinaturas, o que não é muito, se a iniciativa contar com o empenho dos trabalhadores organizados.

No entanto, uma vez lá dentro, o professor Luiz Arantes reconhece as dificuldades de se aprovar o projeto.

“Nós vamos disputar a opinião pública com os grandes meios de comunicação, que nós justamente desejamos combater e que manipulam as iniciativas populares, mas não há outra saída a não ser empreender essa luta para



que tenhamos uma verdadeira democracia no país”.

Ele conta que a iniciativa do projeto é do instituto Barão de Itararé <http://www.baraodeitara>

“**Nós vamos disputar a opinião pública com os grandes meios de comunicação, que nós justamente desejamos combater**”

re.org.br/, a partir de um seminário sobre democratização da mídia que reuniu blogueiros do Brasil inteiro e muitos políticos de partidos de esquerda que apoiam a democratização.

“A partir deste encontro, surgiu a ideia, na mesma linha do projeto da lei da ficha limpa, que deu um resultado extraordinário”.

O professor afirma que, no momento de buscar informações, prefere os blogs, já que considera que a grande mídia não é composta por meios de comunicação, e sim meios de manipulação da opinião pública.

Nas ruas Jovens não estão vivendo um caldo de cultura alheio ao pensamento de esquerda, afirma professor

Para José Paulo Netto, país mudou após manifestações iniciadas em junho

Manifestações tiveram foco

Por Anelise Medina

José Paulo Netto, professor emérito da Escola de Serviço Social da UFRJ, está convencido de que o país mudou após as manifestações iniciadas em junho.

De acordo com o José Paulo, a opinião pública e o mundo político foram surpreendidos. O professor destaca a alteração do comportamento da grande mídia. “Primeiro, trataram o que emergia como um caso de polícia, assim como fez o Governo de São Paulo. Dois ou três dias depois, em face do crescimento e da capilari-

zação das manifestações pelo país, mudou a conversa”, observa o professor.

“Nem os setores mais conservadores conseguiram peitar as manifestações. Quando se viu que não era possível criminalizar, criou-se uma distinção muito perigosa: os bons manifestantes e os vândalos”, afirma José Paulo, deixando claro que em muitos casos de “excesso” nas manifestações, foi flagrada a presença de agentes infiltrados da própria polícia do estado.

Ao contrário da maioria dos analistas, o professor considera que as manifestações tiveram foco. “Primeiro, exigindo o fim

dessa deslavada corrupção, que agora, recentemente, se realizou em nome da Copa das Confederações e vai ter continuidade até a Copa do Mundo. Eu creio que isso vai diminuir um pouco em relação às Olimpíadas porque a massa foi para a rua e protestou claramente contra isso. Depois, reivindicando direitos cívicos elementares, como saúde e educação de qualidade”, avalia.

‘Precipitações sociais’

Para José Paulo, as manifestações foram, substantivamente, políticas, mas não tiveram uma direção política. “A esquerda não dirigiu esse

movimento. Porém, grandes movimentações históricas não começam, necessariamente, com direção. São precipitações sociais. Quem tem projeto, programa, e a experiência capitaliza para a organização política”, reforça.

Segundo o professor, as manifestações envolveram segmentos de classes sociais diferentes e, inclusive, opositivas. O que uniu a massa, no entendimento de José Paulo, foram problemas imediatos, concretos. O professor reitera que ninguém ousou dizer que as reivindicações colocadas estavam equivocadas.

De acordo com o José Paulo, a esquerda também

não foi completamente pega de surpresa pelas manifestações. “Eu não creio que isso foi tudo espontâneo, que não houve uma expressão de alguma experiência política”, aponta o professor.

No Rio de Janeiro, José Paulo destaca a participação de muitos jovens que estiveram na campanha de Marcelo Freixo nas últimas eleições municipais. “Note que não foi partidária, mas foi extremamente politizador. Mesmo que esses jovens não estejam organizados partidariamente, eu penso que eles não estão vivendo um caldo de cultura alheio ao pensamento de esquerda”, conclui.

**Mobilização** Não ao PL 4330

APESJF e ANDES-SN vão às ruas contra terceirização

No dia 6 de agosto, o ato unificado na Rua Halfeld marcou a luta contra o PL 4330, que amplia e consolida a terceirização no país

Por Anelise Medina

Terceirização é sinônimo de precarização. Este processo, que consiste na transferência de atividades, antes exercidas por trabalhadores contratados diretamente para uma empresa terceira, resulta em salários achatados, jornadas mais longas e piores condições de trabalho.

Uma pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), divulgada em 2011, revela que o trabalhador terceirizado ganha, em média, 27,1% a menos. Segundo os dados, oito em cada dez vítimas de acidente de trabalho são trabalhadores terceirizados. O grupo também

representa quatro em cada cinco vítimas fatais. Ainda de acordo com o DIEESE, o tempo médio de permanência do contratado direto no emprego é de 5,8 anos, e do terceirizado, 2,6.

O PL 4330, apresentado pelo deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO) em 2004, amplia e consolida a terceirização no país. O PL está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara. Caso seja aprovado, seguirá para a votação no Senado.

Para barrar o avanço do PL 4330 no Congresso Nacional, as centrais sindicais (CSP-Conlutas, CUT, Força Sindical, CTB, NCST, UGT, CGTB e CSB) convocaram, para o dia seis de agosto, uma mobilização nacional.

Na data definida, bancários, têxteis, professores municipais, estaduais e federais, técnicos administrativos da UFJF, metalúrgicos e estudantes realizaram um ato unificado na Rua Halfeld.

A APESJF-SSind, o



Marina Barbosa e Paulo Ignácio fazem falas durante ato unificado das centrais em Juiz de Fora



ANDES-SN e a CSP Conlutas marcaram presença e contribuíram com falas destinadas a informar a população que passava pelo centro da cidade. “Terceirizar significa não respeitar o direito conquistado do trabalho nessa sociedade. Vamos juntos somar forças e reverter esse quadro”, disse a professora Marina Barbosa, diretora do ANDES-SN. “Os parlamentares em

Brasília têm que ouvir o nosso descontentamento com as condições de trabalho que o PL vai impor”, afirmou o professor Paulo Ignácio, presidente da APESJF-SSind. Pela manhã, a Seção Sindical, o Sindicato Nacional e representantes da Anel, ao lado do Sintufejuf realizaram uma panfletagem contra o PL4330 no pórtico norte da UFJF.

A votação do PL 4330,

prevista para o dia 14 de agosto, foi adiada para setembro. A CSP-Conlutas considerou o adiamento uma grande vitória da mobilização dos trabalhadores. De acordo com a central, o prazo conquistado será útil para a construção de um grande Dia Nacional de Paralisação, marcado para 30 de agosto. O arquivamento do PL 4330 é um ponto da pauta unificada das centrais.



APESJF-SSind, Anel e Sintufejuf panfletaram contra o PL 4330 na UFJF

Desigualdade de direitos Por que o PL 4330 é um ataque aos trabalhadores?

Por Anelise Medina

De acordo com o DIEESE, a terceirização, embora não seja um fenômeno recente na história do país, foi intensificada na década de 90, e é utilizada como estratégia de redução de custos.

O PL 4330 amplia a precarização ao permitir a terceirização das atividades-fim. Isso possibilitaria, por exemplo, que uma empresa terceirizasse todos os seus funcionários.

O projeto também reforça a desigualdade de direitos e a discriminação entre colegas de trabalho. Benefícios concedidos aos contratados diretos podem não ser estendidos aos trabalhadores terceirizados. “Cria-se um grupo de trabalhadores de segunda classe”, afirma Leonardo de Castro, assessor jurídico da APESJF-SSind.

Além disso, a organização sindical dos trabalhadores é fragilizada. Com a distribuição de atividades em várias empresas menores, a capacidade de mobilização é prejudicada. “Pessoas que trabalham juntas ficam submetidas a regimes e condições completamente diferentes, o que dificulta a defesa dos direitos”, avalia Leonardo.

Outra afronta contida no PL é a extinção da responsabilidade solidária. Isto é, a empresa tomadora de serviço não se responsabilizaria pelas obrigações trabalhistas em caso de descumprimento pela terceirizada. “No serviço público, o texto do PL confirma o que existe hoje. A legislação impõe à UFJF, por exemplo, responsabilidade em relação às contribuições previdenciárias que eventualmente não forem pagas aos trabalhadores

terceirizados, mas não faz isso para as verbas trabalhistas”, explica o assessor jurídico. “O que ocorre, com muita frequência, é a criação de prestadoras de serviço para participar de licitações. Muitas vezes, no final do contrato, essas prestadoras saem e deixam trabalhadores em situação muito difícil, sem a quitação de verbas rescisórias e trabalhistas”, acrescenta Leonardo.

O cenário é agravado com a possibilidade de a terceirizada subcontratar outras empresas para a execução dos serviços.

Um exemplo recente de desrespeito aos Direitos Humanos e das danosas consequências desta prática foi flagrado nos canteiros de obras da UFJF. Em março e maio deste ano, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) resgatou 43 operários da construção civil, que estavam submetidos a condições análogas ao do trabalho escravo. A denúncia foi veiculada pela “TV Integração” no dia 10 de maio. No dia seguinte, ganhou repercussão no jornal “Tribuna de Minas”. Segundo a imprensa local, os trabalhadores eram contratados por uma empreiteira terceirizada pela empresa que venceu a licitação para atuar na universidade.

“O fato desses trabalhadores serem terceirizados não pode significar um descompromisso da Administração Superior em acompanhar, fiscalizar e zelar pelas suas condições de trabalho. Nosso sindicato é contrário às terceirizações e a comunidade acadêmica não pode ser condescendente com a precarização”, conclui Paulo Ignácio, presidente da APESJF-SSind.

Memória, justiça e verdade

Gabriel Pimenta defendia camponeses no sul do Pará; foi assassinado em 1982

No sul do Pará, Gabriel Pimenta era um homem imprescindível à luta dos camponeses por terra e por uma sociedade mais justa.

Entre 1980 e 1982, no final da Ditadura Militar, Gabriel, formado em Direito pela UFJF, atuou como advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá (PA).

Além de fundar delegacias sindicais “mato adentro”, Gabriel contribuiu para a organização dos operários na cidade. Ajudou na criação de sindicatos, como o da construção civil, e até na formação de uma associação de mulheres, com o objetivo de assegurar o direito ao trabalho através da instalação de uma creche.

No dia 22 de julho de 1982, por volta das 23h, Gabriel foi assassinado com três tiros pelas costas numa rua movimentada de Marabá. Tinha 27 anos. O advogado foi alvejado quando saía de um restaurante após participar da convenção do PMDB.

A verdade sobre o assassinato foi desnudada imediatamente. As ameaças contra Gabriel já eram conhecidas. Os três criminosos foram identificados pela polícia. O executor dos disparos, Crescêncio Oliveira de Sousa, era um “matador profissional”, contratado por intermédio de José Pereira da Nóbrega, conhecido por Marinheiro. O mandante do crime foi o latifundiário Manoel Cardoso Neto, ou Nelito, irmão do ex-governador de Minas Gerais, Newton Cardoso.

Nelito e Marinheiro chegaram a ser detidos por alguns dias para a investigação. No entanto, foram logo libertados.

Em 1981, Gabriel havia conquistado uma vitória judicial inédita no Pará, o que motivou o assassinato. Através de um mandado de segurança, o advogado cancelou uma medida cautelar que havia provocado



Gabriel Pimenta em assembleia

o despejo de 158 famílias da fazenda “Pau Seco”. Os camponeses conseguiram retornar para a terra.

A ação penal contra os assassinos de Gabriel só foi instaurada em 1983, e tramitou durante 24 anos. Marinheiro e o executor foram mortos antes de serem punidos. Nelito ficou foragido por anos. O fazendeiro foi capturado pela polícia na iminência da prescrição do crime e permaneceu impune.

‘Te mataram e te multiplicaram’

A pedido dos camponeses, e em memória de sua luta, a família de Gabriel decidiu enterrá-lo em Marabá.

Na época, a APESJF-SSind, ao lado de outras organizações, assinou uma nota distribuída durante a missa de sétimo dia de Gabriel. O texto afirmava: “tristeza e perplexidade porque morreu um homem, morreu nosso amigo. Renovemos, agora, o nosso compromisso de lutarmos, todos os dias, todos os instantes, na construção de um futuro onde desapareçam o ódio e a violência e vençam a força da palavra e do amor aos oprimidos”.

Resistir é preciso

Gabriel tem seis irmãos. Daniel Pimenta, professor do ICB/UFJF, é o mais novo. Não tinha 18 anos na época do assassinato.

Um ano após o crime, Daniel foi à Marabá. O jovem acompanhou sua mãe, Maria da Glória Sales Pimenta, à missa do irmão.

Daniel chegou a participar de uma reunião dos camponeses de “Pau Seco”, que resistiam à violência do latifúndio. “Marinheiro estava

ameaçando Antônio Chico, presidente do sindicato. Moleque novo, eu disse: ‘vou lá falar com ele’. Eles riram. Disseram que eu não chegaria nem no quarteirão. A cidade estava cheia de pistoleiros porque havia um irmão do Gabriel ali”, conta. O professor testemunhou o caos e a tensão, mas também o sentimento de companheirismo que os camponeses reservavam ao irmão.

Os trabalhadores acabaram conquistando “Pau Seco” e vivem até hoje na terra. Na cidade, há uma escola da rede estadual que recebeu o nome do advogado.

Durante os anos em que Gabriel esteve em Marabá, o professor se comunicava com o irmão através de cartas. Daniel se lembra da última carta que recebeu de Gabriel, na qual o irmão escreveu e ilustrou a frase: “se lutarmos juntos, o mundo fica pequeno”.

OEA julga Estado Brasileiro

Em 2006, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) aceitou a denúncia contra o Estado brasileiro por violação do direito à vida, à segurança e à integridade pessoal; do direito à justiça; do direito de associação; e das garantias e proteção judicial no caso do assassinato de Gabriel. O processo está em fase de alegações finais.

Outra ação contra o estado do Pará tramita na justiça brasileira e já obteve uma sentença, ainda de primeira instância, favorável à condenação.

Decisão do STJ Direito reconhecido

Docentes estavam certos sobre progressão na EBTT

Decisão do STJ que reconhece direito à progressão na carreira EBTT mostra que luta estava correta

Por Daniel Goulart

O direito à progressão dos docentes da EBTT, alvo de controvérsias no Brasil inteiro, especialmente no IF Sudeste MG, foi reafirmado pelo Superior Tribunal de Justiça, que indica a aplicação das disposições da Lei nº 11.344/06 até a publicação do novo regulamento. A APESJF, que lutou para que a administração do IF Sudeste MG reconhecesse o direito dos professores, espera que a novela da progressão dentro da instituição tenha um desfecho positivo, já que, apesar de todos quase quarenta professores, que estavam impedidos, terem conseguido a progressão, ainda há questões como a do professor Marcus Vinícius Leite que, apesar de já ter condições de ser D3/3, ainda recebe como D3/1. O MPOG insiste em interpretar a decisão judicial dada na época e congelar a situação. “Estamos tentando agora retirar a sentença para que a situação possa se normalizar”.

Próxima luta é a retroatividade

Marcus argumenta que a luta agora é para que todos recebam os valores retroativos aos meses em que o direito não foi reconhecido. “A decisão do supremo mostra que o que nós pleiteávamos não era nada de imoral ou injusto, como muita gente dentro do IF Sudeste MG chegou a dizer. O que queríamos eram apenas nossos direitos reconhecidos”, afirma.

Marcus, que havia passado vários anos de sua vida profissional no setor privado, afirma que não esperava encontrar, dentro do setor público, tantas dificuldades referentes à



Professor João Paulo Miranda em seu ambiente de trabalho

carreira. Ele critica a falta de condições para a capacitação já que, para qualquer professor sair para um mestrado ou doutorado, é necessária a criação de um cargo temporário. “Mas, como nós temos um banco de professores equivalentes muito baixo, isso se torna um obstáculo. A vaga desse temporário é ainda vinculada. Se esse professor precisar se ausentar, o que está em capacitação tem de voltar para preencher a vaga. Quer dizer, não há uma política efetiva nesse sentido”.

Ele destaca ainda a questão da aposentadoria em que a complementação, exigida agora, nem mesmo garante o recebimento dos benefícios. “Muitos planos de previdência faliram. Não é definitivamente uma carreira atrativa, muito também pela questão da remuneração que é baixa. Nós vemos um esvaziamento. Muitas pessoas indo para outros caminhos profissionais por conta disso”.

Carreira desestimulante

Diante das muitas mudanças que o governo implantou na carreira dos docentes, o professor de geografia do IF Sudeste MG, João Paulo de Lima Miranda, também considera a carreira desestimulante, especialmente para quem está entrando agora. Ele diz que, quando entrou para o

ensino federal, tinha uma visão romântica da carreira. “Aos poucos, você vai desmistificando essa ideia e vendo que o governo tem contribuído para desorganizar a carreira.

Dentro do cotidiano do IF Sudeste MG, ele reclama da burocracia. “Às vezes, materiais básicos, como pilhas ou toners para impressora, têm processo burocrático de licitação que levam um mês para cumprirem seu papel. Isso acaba por nos deixar irritados”.

João Paulo relata que ingressou no IF Sudeste MG num momento de transição, em que corria a novela que se tornou a progressão dos docentes. “Uma história que ainda não acabou. Nós ganhamos como D3/2, mas, no contracheque, ainda está D1/2. Foi uma luta grande”. Ele reclama da falta de um projeto de educação no país.

“O governo federal desestimula o exercício do magistério. As nossas reivindicações na última greve, a maior da história, eram muito razoáveis, e não iriam onerar os cofres estatais, mas o governo resolveu não aceitar e por razões políticas”. Ele diz que falta perspectiva. “Não existem condições isonômicas. Não dá para olhar para seu colega e ver que ele vai ter as mesmas condições que você”.

CA João XXIII Nova lei é vista com preocupação

Por Anelise Medina

Diferente do que ocorreu no IF Sudeste MG, o direito dos professores à progressão por titulação foi respeitado no CA João XXIII. No entanto, a expectativa em relação à aplicação da Lei 12.772/2012 é negativa.

O professor Fernando Lamas, quando ingressou no Colégio em 2010, foi enquadrado na classe DII em função do título de mestre. Após concluir o doutorado, o professor aguarda o reposicionamento. Fernando não encontrou dificuldades. Porém, vê, com preocupação, a nova legislação e, especialmente, os critérios que serão adotados pelas comissões responsáveis pela avaliação dos pedidos de promoção e progressão na carreira. “O que eles vão chamar de 'produção'? Se seguirem o raciocínio da Capes, isso pode embarrear. Se o critério disser, por exemplo, que não basta publicar num periódico, tem que publicar num periódico de nível x ou y, eles podem criar dificuldades”, explica Fernando.

O professor critica a perda de autonomia das universidades – e a consequente centralização das decisões do MEC – na definição das diretrizes da carreira. De acordo com Fernando, é preciso levar em conta a realidade de cada unidade. “No João XXIII, por exemplo, se eu precisar sair para ir a um congresso, obrigatoriamente, eu preciso deixar alguém no meu lugar”, afirma Fernando. Situações como essa seriam mais facilmente resolvidas em outras unidades da UFJF.

Conforme ele ainda ressalta, as expectativas sobre a nova carreira acenderam um debate já existente no Colégio. “ Surgem questões como estas: 'você vai sair para fazer doutorado, mas eu vou ter que dar mais aula do que você? Para onde vão essas aulas? O que é mais importante? O que o Colégio

precisa: do professor em sala de aula, do professor pesquisador, ou do professor em sala de aula e pesquisando? Se for a terceira opção, como conjugar isso? Qual o número ideal de aulas, então? E se o professor não quiser fazer pesquisa, preferir atuar em sala de aula e extensão? Vai perder status dentro da escola? ”, descreve Fernando.

A professora Daniela Motta, que trabalha há 22 anos no Colégio, está no último nível da carreira e a quatro anos da aposentadoria. Pelos cálculos, a professora permanecerá por sete anos estacionada na carreira. “Para mim, já esgotou. A única possibilidade de avanço seria eu me tornar titular. Essa é outra questão que não está clara para nós”, afirma Daniela. Segundo a professora, em todos os seus anos de Colégio, as solicitações de progressão e promoção têm sido aprovadas. “Não importa se eu dei tantas aulas, participei de reuniões, fui a eventos. Se eu tive mais ou menos que um colega, não importa. Agora, quando a gente vê a nova legislação, os critérios de produtividade sendo colocados, há preocupação”, pondera.

Fernando e Daniela reiteram a reivindicação histórica da categoria por uma carreira única. “Nós vamos ter, nos próximos quatro, cinco anos, uma escola, em termos de titulação, com o mesmo nível de qualquer departamento da UFJF”, aponta Daniela. Ambos reforçam o compromisso do Colégio com o ensino, a pesquisa e a extensão.

Daniela destaca também o papel do João XXIII na formação de professores. Na unidade, existem vários projetos de pesquisa e extensão ligados a esta área. A professora, por exemplo, coordena o programa Gestar II. O projeto de extensão é uma política pública que se destina à formação de professores para a rede estadual.

Fernando Fiorese Novo livro a vista

O professor poeta no caminho da Rio/Bahia

Enquanto prepara novo trabalho, segue publicando suas micronarrativas na internet

Por Daniel Goulart

O governo de São Paulo pagava agenciadores para levar trabalhadores de Minas para São Paulo, e, embora a prática agredisse o código penal, ela foi muito comum. Este é pano de fundo para algumas das muitas histórias que vão estar no próximo livro do professor Fernando Fiorese, da Faculdade de Letras da UFJF.

Todo o romance se passa ao longo da parte mineira da Rodovia Rio/Bahia. Uma via que pretendia o desenvolvimento, mas que trouxe um impacto negativo para a maioria da população pobre da região: “Colocou o mineiro para fora de Minas”, conta Fiorese.

O registro funde ficção e histórias reais de pessoas que viveram nas cidades em volta desse caminho. “Existe um pouco sobre a formação dessas regiões, mas não me ative em me fundamentar historicamente.

O que me interessava era captar um determinado regime de linguagem, como falam as pessoas de determinado lugar”, conta.

O romance, que tem o título provisório de “Um Chão de Presas Fáceis”, fala

muito do sentimento de “ir embora”, que existe na zona da mata e em outras regiões de Minas cortadas pela rodovia como, por exemplo, o Vale do Jequitinhonha. “Há histórias de prostitutas, crianças, adultos, trabalhadores rurais, políticos e textos com narrativas ainda inéditas dessas regiões”.

Fiorese é um autor que transita bem entre a



“O Brasil saía da ditadura e as pessoas queriam saber até onde poderiam ir

prosa e a poesia.

Ele se lembra de que escrever não foi algo que veio da infância, mas nasceu já no ensino médio como um desejo de participar da vida pública, em um momento da história do país especialmente efervescente. “O Brasil saía da ditadura, e as pessoas queriam ver até onde poderiam ir”.

Quando estudante no colégio Técnico Universitário já se aventurava em escrever crônicas consideradas subversivas apenas por ironizar o “calor humano” dentro dos ônibus lotados que subiam para a universidade. “Fui ameaçado de expulsão por isso”, conta

Microcontos de Fiorese são publicados toda semana no blog Corpo Portátil



rindo.

Pouco depois, participou do movimento “Abre Alas”, que, além de publicar poesias, também organizava varais de literatura na Rua Halfeld.



A ideia de publicá-los na internet veio da intenção de colocá-los de forma microscópica, para que isso tivesse uma determinada atração. Imaginei mesmo fazer um livro para que as pessoas pudessem acompanhar semanalmente

Blog Corpo Portátil divulga nanocontos

Como doutor em Semiótica, acostumado a discursar sobre signos, Fiorese decidiu não tentar conceituar o que é a poesia. “É muito difícil. Seria fechar as possibilidades de significação, tentar falar sobre algo que é um espaço da experimentação da linguagem”.

Em vez de pensar sobre, Fiorese tem produzido bastante. Atualmente, publica toda semana em seu blog <http://corpoportatil.blogspot>

.com.br/, histórias do seu breviário. São pequenos textos em prosa. “Tem gente que considera poesia pela concisão e pelo caráter sintético”, com pequenas narrativas sob o fio condutor de um universo de personagens com um jeito brejeiro de falar. Um modo de pensar das pequenas cidades, antes do advento da televisão. Ele já está em sua história número 41 e conta com leitores assíduos. “Essa coisa do microconto,

nanoconto, já é uma coisa de tradição na literatura da América Latina. Na verdade, não há uma narrativa... é uma sugestão de narrativa. A ideia de publicá-los na internet veio da intenção de colocar os textos de forma microscópica para que isso tivesse uma determinada atração. Imaginei mesmo fazer um livro, em que as pessoas pudessem acompanhar semanalmente”.



Professor Fernando Fiorese fala dos microcontos e do novo livro

Artigo A voz das ruas em análise

As jornadas de junho e a democracia no Brasil

O momento não pode ser desperdiçado, sob o risco de não concluirmos o processo de democratização social em curso

Por Fernando Lamas e Marcelo Romero, professores do CA João XXIII

As manifestações ocorridas ao longo do mês de junho em todo Brasil chamaram a atenção pela proporção e pelas demandas que foram colocadas em pauta. Em termos históricos, estes pleitos ligam-se àqueles surgidos no período 1946-1964, momento em que a sociedade civil brasileira mostrou-se mais organizada e a caminho de uma maturidade que foi brutalmente interrompida pelo Golpe cívico-militar e pela subsequente Ditadura de 21 anos. Naquela época, a organização dos sindicatos de maneira mais independente dos governos, a ampliação da CLT, a luta por direitos no meio rural, além do surgimento e desenvolvimento de movimentos sociais com demandas mais específicas como o estudantil e o feminismo apontavam um caminho promissor para maior controle da sociedade civil organizada do aparelho estatal. A ditadura colocou uma grande pedra em cima de tudo isso.

A recuperação das questões políticas que nortearam a organização social dos cidadãos brasileiros no momento anterior à Ditadura Militar (1964-1985) foi lenta e encontrou-se muitas vezes soterrada por questões emergenciais



como o combate à hiperinflação durante as décadas de 1980 e 1990. A estabilidade econômica proporcionou o ressurgimento de demandas que se encontravam esquecidas e estas também encontraram uma população diferente, ansiosa por efetivar os mecanismos de participação política introduzidos na Constituição de 1988 como, por exemplo, as leis de iniciativa popular.

O recado das ruas foi sintomático em dois aspectos, um conjuntural e outro estrutural. Conjunturalmente, demonstrou os riscos de uma prática política institucional que se quer hermética às pressões externas. Estruturalmente, evidenciou o calcanhar de Aquiles da democracia brasileira que, desde a institucionalização do Estado de Direito pela

Constituição de 1988, não conseguiu ampliar, e nem mesmo consolidar, a participação política no país para além dos procedimentos eleitorais (eios).

Assim, o rechaço de parte dos manifestantes aos partidos políticos não significou a recusa da política, mas sim a reivindicação dessa prática em sua plenitude. Ou seja, a energia cívica que tomou as ruas repeliu a politicagem e procurou indicar caminhos para a renovação dos mecanismos institucionais inerentes à democracia. Mecanismos estes que podem e devem ser erigidos a partir das mobilizações populares que visam a ampliação da participação política e o aprofundamento do seu alcance social por meio da constante vigilância requerida em qualquer sistema democrático.

O momento não pode

ser desperdiçado, sob o risco de não concluirmos o processo de democratização social em curso. Agora que as jornadas de junho retiraram a agenda política pautada pela democratização social do limbo a que foi submetida é hora de levá-la adiante e fazer uma reforma política que construa os nexos institucionais necessários para o efetivo controle do Estado pela sociedade civil.

As múltiplas vozes insurgidas das jornadas de junho bradaram em uníssono a disposição da sociedade civil em transformar a democracia brasileira em vigoroso mecanismo de emancipação dos trabalhadores pobres e, com isso, impedir que ela se restrinja a um eficiente método de administração dos conflitos sociais, como almejam os sucedâneos da nossa última ditadura.